



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

**721ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO FEDERAL DE
ECONOMIA, REALIZADA NOS DIAS 10
E 11 DE MARÇO DE 2023, REUNIÃO
REALIZADA EM BRASÍLIA-DF.**

PARTICIPANTES: Os economistas Paulo Dantas da Costa – presidente; Eduardo Rodrigues da Silva – vice-presidente; Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Clovis Benoni Meurer, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maurílio Procópio Gomes, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Polli Lobo, Róridan Penido Duarte e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva – conselheiros federais. Presentes, ainda, a equipe de apoio do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Superintendente; Fábio Ronan Miranda Alves, Procurador-Geral; Renata Reis Almeida, Coordenadora de Comunicação; Jane Lopes da Silva, Keliane Souza de Jesus, Luiza Rodrigues Borges e Rielisson Barbosa de Moura, Assessores. *(áudio, manhã e tarde, 10.03.2023 – 00:01:38 – 04:57:48)*

1. ABERTURA DA SESSÃO. Às nove horas e dezessete minutos do dia 10 de março de 2023, na sede do Conselho Federal de Economia, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, iniciou a sessão. **1.1. Justificativas de ausência e votação.** O conselheiro federal João Manoel Gonçalves Barbosa não estará presente por motivos de viagem ao exterior, sendo substituído pelo conselheiro federal Róridan Penido Duarte. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, comunicou ao plenário que no dia anterior realizou atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o tema: “Perspectivas para política fiscal no País”, palestrantes: Econ. Vilma da Conceição Pinto, Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI). Debatedoras: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Flávia Vinhaes Santos, respectivamente coordenadora e vice-coordenadora da Comissão Mulher Economista e Diversidade do Cofecon. O evento aconteceu na sede deste Conselho Federal de Economia e foi transmitido via canal Youtube do Cofecon. **2. Expediente.** **2.1. Atas das sessões plenárias anteriores: leitura, emendas e aprovação da ata do tribunal superior de ética do dia 27 de janeiro de 2023; ata da 719ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 27 e 28 de janeiro de 2023; e ata da 720ª Sessão Plenária Extraordinária Virtual, realizada no dia 16 de fevereiro de 2023.** As atas foram colocadas em votação e aprovada por unanimidade. **2.2. Informes da Presidência, representação institucional e participação em eventos;** o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa participou dos seguintes eventos: - 08/02/2023: realizou visita institucional ao presidente Conselho Federal de Contabilidade (CFC), acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e do procurador-geral substituto do Cofecon, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, na sede do CFC, em Brasília-DF; e no 14/02/2023: participou da 92ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do CFC, em Brasília-DF. **Participação em eventos: Colaboradores** - 06/02/2023: o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou da Cerimônia de Posse do Presidente e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representando o Cofecon, no Rio de Janeiro-RJ; - 13/02/2023: o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou, representando o Cofecon, de reunião virtual sobre o Seminário Internacional - Como a Espanha pode ajudar a retomada do Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Inclusivo no Brasil -, uma iniciativa do Corecon-DF; - 14 e 15/02/2023: o conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo participou do I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (I CNCTC), em Florianópolis-SC; - 17/02/2023: a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou de reunião virtual para dirimir dúvidas recorrentes dos conselhos de fiscalização profissional e apresentar a equipe responsável por acompanhar essas entidades em 2023, organizado pelo Tribunal de Contas da União; e - 09/03/2023: as conselheiras federais Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Maria de Fátima Miranda participaram como palestrantes no evento organizado pelo Corecon





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Acadêmico que abordou o tema “Jovem e Mulher Economista: o futuro do trabalho para as novas profissionais”, transmitido pelo canal oficial do Corecon-MA no YouTube. Matérias e Entrevistas: Presidente Paulo Dantas da Costa. - 07/02: presidente do Cofecon comentou aumento da arrecadação federal em 2022; o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou ao portal Brasil 61 sobre o resultado da arrecadação federal em 2022. As receitas foram da ordem de 2,218 trilhões de reais; - 02/03: Tebet: reoneração de combustíveis é estratégia para redução de juros, o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Paulo Dantas da Costa, conversou com a Rádio Nacional após o anúncio de que o governo voltará a taxar a gasolina e o etanol e após posicionamento da Ministra do Planejamento Simone Tebet sobre o assunto. Dantas observa que a reoneração é de extrema importância para o balanço fiscal e que o Brasil sempre tributou bens e serviços. Matérias e Entrevistas: Cofecon e Conselheiros federais. - 07/02: Entendendo os juros: Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo; - 09/02: o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto defendeu uso de outros instrumentos para controlar inflação. O coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino Fonseca Neto, falou ao podcast RW Dinheiro, da Agência Radioweb, sobre a ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom); - 14/02: Contribuições para um novo arcabouço fiscal: Artigo de opinião do conselheiro federal Fernando de Aquino publicado no portal GGN; - 17/02: “BC deve ser autônomo em relação ao mercado financeiro”, afirmou o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda durante participação como comentarista no Jornal da Cultura; - 17/02: Piscitelli, sobre juros altos: “temor do BC é despropositado em relação ao risco”. O economista Roberto Piscitelli, integrante da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia, foi ouvido pelo portal G1 em matéria intitulada “Brasil tem os maiores juros reais do mundo; por que a taxa não cai?”; - 17/02: “Meta de inflação atual é irrealista”, afirma conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ao portal G1; - 24/02: a conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral critica ausência de superintendente na Suframa. A ausência de um superintendente na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) prejudica a autarquia num debate crucial para a região, que é a reforma tributária. Esta fala da conselheira federal Denise Kassama, publicada originalmente no portal A Crítica, foi repercutida no último sábado (18) no site O Primeiro Portal, em matéria na qual o governador amazonense Wilson Lima avaliou como preocupante a ausência de um titular na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); - 28/02: o conselheiro federal Fernando de Aquino fala sobre aumento de preços. Na última sexta-feira (24), o conselheiro federal Fernando de Aquino concedeu uma entrevista ao Jornal das 22 da Rede Internacional de Televisão (RIT TV). A entrevista fez parte de uma reportagem sobre a guerra na Ucrânia, que já se estende por um ano; - 03/03: PIB avança 2,9% em 2022, mas retração no 4º trimestre ameaça crescimento de 2023. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou ao Estadão sobre a taxa de juros praticada no Brasil. A matéria, que é exclusiva para assinantes, abordava o Produto Interno Bruto – divulgado pelo IBGE, com crescimento de 2,9% em 2022, mas apresentando desaceleração na segunda metade do ano; - 06/03: A democratização do debate sobre juros e vacinas: Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo. 2.3. *Correspondências relevantes*; o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, informou que a relação de correspondência recebidas e expedidas pelo Cofecon. Não houve observação sobre o item. 2.4. *Informes dos conselheiros federais*. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva informou que o Corecon-DF enviou convite para o Cofecon e Corecons, chamando os conselheiros federais e regionais a participarem da 1ª Roda de Conversa da Mulher Economista e Sarau Literário da Inconfidência Mineira, dias 22 e 23 de abril de 2023, na cidade de Ouro Preto/MG. Idealizado no Fórum da Mulher Economista do Since de 2018, em Porto Velho/RO, o evento está sendo organizado pelo Grupo de Trabalho Mulher Economista do Corecon/DF, do qual a conselheira faz parte como coordenadora. O conselheiro federal Clovis Benoni Meurer informou que o Cofecon assinou um convênio com o Tribunal Regional Federal da 04ª Região - TRF4 que trata do sistema eletrônico de informação – SEI. 3. **Programa de Trabalho das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon**. 3.1. *Ajustes pontuais na composição Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon para o exercício de 2023 (Processo nº 20.385/2023)*; o relator e vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da





Silva, relatou o item de ajustes na composição das comissões e grupos de trabalho do Cofecon. O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto solicitou a inclusão do economistas Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior na comissão de política econômica. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva solicitou a sua inclusão no conselho editorial e disse que ficará também na comissão de comunicação. O conselheiro federal Lauro Chaves Neto colocou-se à disposição para participar da comissão de organização do XXV CBE – Congresso Brasileiro de Economia. A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa solicitou a sua inclusão na subcomissão organizadora da XII Gincana Nacional de Economia da comissão de educação. Solicitou ainda, sua exclusão na comissão eleitoral e da fiscalização de registro profissional. O conselheiro federal Carlos Roberto de Castro solicitou sua inclusão na comissão eleitoral. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva solicitou sua inclusão na comissão de educação e de governança. 3.2. *Apresentação dos Programas de Trabalho das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho do Cofecon para o exercício de 2023 (Processo nº 20.385/2023)*; os coordenadores das comissões e grupos de trabalhos realizaram as apresentações do programa de trabalho para o exercício de 2023. O presidente da comissão de tomadas de contas, Maurílio Procópio Gomes, informou que será dada continuidade aos exercícios das funções ordinárias da comissão. O presidente da comissão de licitação, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, informou que está em curso a licitação para as carteiras profissionais, empresa que fará a implantação do SEI – Sistema Eletrônico de Informação -, renovação dos contratos em andamento e análise da licitação por dispensa. A comissão se reunirá para ajuste dos termos de funcionamento da licitação. O coordenador da comissão de política econômica, Fernando de Aquino Fonseca Neto, informou sobre o andamento dos debates e das notas técnicas com temas relacionados à política econômica. O coordenador da comissão de relacionamento institucional e assuntos legislativos, Paulo Dantas da Costa, informou os projetos para 2023, que são: promover ações de valorização da profissão com foco no projeto Economista Registrado, melhor para o país; - acompanhar projetos de lei que tratem de anuidades e funcionamento dos Conselhos de Fiscalização Profissional; - acompanhar de perto projetos de lei que tratam de anuidades e do funcionamento dos Conselhos, mas que no plano de fundo representam a desregulamentação das profissões e das autarquias de fiscalização profissional; - promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais e consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada CNBB, Conselho das Profissões Regulamentadas, ABED, ANGE, ANPEC, AEALC, AELP, Anamatra, AJD, Cáritas, IREE, Unafisco, OABS regionais, Prefeituras, Governos Estaduais e parlamentares do Congresso Nacional comprometidos com a defesa da democracia e dos interesses dos excluídos; - realizar articulações como CFA e CFC relativas às atividades privativas e compartilhadas entre as profissões de economista, administrador e contador; e realizar visitas a parlamentares. O coordenador da comissão de educação, Carlos Alberto Safatle, apresentou os projetos e os responsáveis na comissão de educação: - Desafio Quero Ser Economista (Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro; Gilson de Lima Garófalo; Maria Auxiliadora Sobral Feitosa; Maria de Fátima Miranda e Mônica Beraldo Fabrício da Silva); - Gincana Nacional de Economia (Carlos Alberto Safatle, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior; Denise Kassama Franco do Amaral e Kerssia Preda Kamenach) – Oficina de Educação a distância (Carlos Alberto Safatle e Maria de Fátima Miranda) ; e - Prêmio Brasil de Economia (Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, Gilson Lima Garófalo; Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício da Silva). O coordenador da comissão de comunicação, Antonio Corrêa de Lacerda, apresentou o planejamento de comunicação para o Sistema Cofecon/ Corecons. A coordenadora de comunicação, Renata Reis Almeida, apresentou os projetos de destaque mês a mês: - janeiro aconteceu o lançamento do projeto institucional Economista Registrado: melhor para o país, e homenagem aos profissionais de outros conselhos e ação de comemoração pelas datas de criação/fundação dos conselhos regionais de economia, lançamento do vídeo institucional do Sistema Cofecon/Corecons; - fevereiro ocorreu a chamada para apresentação de artigos da revista economistas do mês de março; - março ocorrerá o lançamento da revista economistas com foco nas mulheres economistas e na diversidade; divulgação do primeiro desdobramento da campanha economistas registrado; podcast sobre a fiscalização; interação pelas redes sociais; e produção de matéria; - março/abril – lançamento da 8ª edição do Desafio Quero Ser Economista; - abril – inscrição do Desafio Quero Ser Economista; Lançamento do Prêmio Brasil de Economia; Lançamento do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmica, lançamento do segundo desdobramento da campanha institucional Economista Registrado:





melhor para o país; - maio – lançamento do terceiro desdobramento da campanha institucional Economista Registrado: melhor para o país; - junho – lançamento da revista economistas; - XII Gincana Nacional de Economia; - Prêmio Mulher Economista; - Prêmio Destaque Econômico; - Prêmio Mulher Transformadora e Prêmio Personalidade Econômica do Ano; - julho - lançamento do quarto desdobramento da campanha institucional Economista Registrado: melhor para o país; - agosto - lançamento do quinto desdobramento da campanha institucional economista registrado; - setembro – lançamento da revista economistas e lançamento do sexto desdobramento da campanha institucional Economista Registrado: melhor para o país; - outubro – eleições no sistema Cofecon/Corecons; - novembro - lançamento do sétimo desdobramento da campanha institucional Economista Registrado: melhor para o país; - realização do Congresso Brasileiro de Economia; - encontro de funcionários do Sistema Cofecon/Corecons; 2ª edição do prêmio de Boas Práticas; - dezembro – retrospectiva 2023. Além dos outros projetos: - Cofecon e Corecons na mídia; - Descomplicando a Economia; - *podcast* Economistas. O coordenador da comissão de governança, Clovis Benoni Meurer, apresentou o projeto da comissão para este exercício: - projeto de emissão de carteiras profissionais digitais para os economistas por meio de aplicativo (e-Cip); - projeto de emissão de certificados digitais a custo zero ou reduzido aos economistas em condição regular perante os respectivos Corecons; - promover a capacitação dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons em matéria de LGPD e ESG; - motivar o corpo funcional e membros do Plenário na utilização de meios de comunicação de maior alcance entre os Economistas, observando a transparência das informações e o rigor da governança; - acompanhar internamente e junto aos Corecons a divulgação das informações legais de forma a manter a necessária transparência do Sistema; - participar de Grupos específicos da Plenária que busquem a modernização operacional e administrativa do Cofecon/Corecons; - promover a capacitação dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons na correta tramitação de processos administrativos; - implementar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI - no Cofecon e, futuramente, ampliar para os Corecons; - realizar encontros periódicos com os Corecons para tratar os temas objeto da Comissão; - coordenar a segunda edição do concurso de Boas Práticas do Sistema Cofecon/Corecons; e - analisar e propor soluções para a modernização tecnológica dos Corecons com foco na fiscalização profissional, conjuntamente com o Grupo de Trabalho Modernização dos Corecons. O coordenador da comissão de normas e legislação, Antônio Pádua Ubirajara e Silva, apresentou seu projeto de trabalho da comissão, sendo: - novo Recred; - revisão da obrigatoriedade de registro do empresário individual; - multa de empresas não sujeita à registro por obstrução à fiscalização; - atribuição do economista *versus* do profissional atuário *versus* do engenheiro *versus* do contador; - atribuições do economista e do profissional fiscalizado e regulado pela CVM; - dificuldades para saneamento de cadastro e cancelamento de ofício de registros; - novo código de ética do economista; - termo de cooperação entre Cofecon e OEP e ajustes normativos; - ajustes no normativo de registro à luz do teletrabalho e da jurisdição; - criação do CNAE específico dos economistas; e - demandas futuras oriundas do próprio Cofecon e dos Corecons. O coordenador da comissão de fiscalização e registro profissional, Paulo Roberto Polli Lobo, informou que encerrou o exercício da 2022 sem processos pendentes e dará continuidade na análise dos processos. O coordenador da comissão de desenvolvimento regional, Lauro Chaves Neto, informou os eixos de atuação da comissão: 1 – atividades a serem desenvolvidas: ciclo de debates, notas técnicas e encontros regionais; 2 – metodologia: produção de nota trimestral e um debate mensal *on line*; 3 – sugestão de temas para as três notas trimestrais: - assimetrias do mercado de trabalho e o desenvolvimento regional; o microcrédito e o desenvolvimento regional e o pacto federativo e os desequilíbrios regionais. O coordenador da comissão de reforma tributária, Antonio Corrêa de Lacerda, compartilhou a iniciativa de organizar um seminário sobre reforma tributária em Brasília/DF, em parceria com entidades representativas do governo. A coordenadora da comissão de perícia econômico-financeira mediação e arbitragem, Maria de Fátima Miranda, informou que a comissão realizou uma reunião com os membros e decidiram sobre os seguintes projetos neste exercício: - atingir os dois públicos, sendo eles: - estudantes, economistas e o judiciário; dar continuidade com a realização de oficinas para qualificar os economistas; - organizar projeto Dicas em Perícia; - reunião com todos os Conselhos Regionais de Economia objetivando incentivar a realização de *lives* com economistas e o judiciário, incentivar a instituição da comissão de perícia em cada regional; no mês do economista organizar um fórum ou debate sobre as várias áreas da perícia e participação no XXV Congresso Brasileiro de Economia. Por fim, complementou que a comissão e o jurídico





do Cofecon estão trabalho a questão da validade das certidões de peritos emitidas pelo Cofecon. A coordenadora da comissão Mulher Economista e Diversidade, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, informou sobre o sucesso do evento realizado no dia de ontem (09), atividade alusiva ao Dia Internacional da Mulher, com o tema: “Perspectivas para política fiscal no País”, com a palestrante Econ. Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), realizado na sede deste Conselho Federal de Economia e transmitido via canal *Youtube* do Cofecon. Na sequência, apresentou os pontos que serão trabalhos pela comissão: - Premiação mulher economista e mulher transformadora; - Revista economista; - Realização de lives; - Banco de talentos; - Indicadores relativo a gênero e diversidade; - Parcerias; e - Capacitação. A coordenadora da comissão de ações para redução da concentração de renda e desigualdade social no Brasil, Flávia Vinhaes Santos, informou que o grupo do Fórum Nacional pela Desigualdade Social, deliberou, em reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2023: - elaboração de documentos para apresentação dos eixos do fórum ao governo federal; - confecção de manifesto; - pleitear um assento no conselho de participação social, e - agendar com o ministro de Relações Institucionais para apresentar o trabalho do grupo. O coordenador da comissão de negociação funcional, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que o trabalho da comissão será a continuidade ao processo do ano anterior, os funcionários enviam a sua pauta de negociação, a comissão entra em processo de negociação e encaminha para a plenária deliberar. O membro efetivo da comissão de eleitoral, econ. Eduardo Rodrigues da Silva, comunicou a proposta da comissão será a continuação dos trabalhos eleitorais dos anos 2021 e 2022. A coordenadora da comissão de responsabilidade social e economia solidária, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, apresentou o plano de ação da comissão em 04(quatro) eixos: 01 – Formação economia solidária e curso de aperfeiçoamento; 02 – Divulgação da economia solidária e responsabilidade social; 03 – Representação institucional e parlamentar; e Prêmio Paul Singer. Comissão do XXV Congresso Brasileiro de Economia: O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, passou a palavra para o conselheiro federal Heric Santos Hossoé, que fez apresentação da proposta para a realização do XXV CBE, que terá como tema: Um Novo Futuro: Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Neste momento, as conselheiras Maria de Fátima Miranda, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício da Silva solicitaram as suas inclusões na comissão organização do XXV CBE. A coordenadora do grupo de trabalho estatísticas econômicas, Flávia Vinhaes Santos, informou que a comissão está iniciando atualização dos dados estatísticos. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, solicitou ao vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, para falar sobre o grupo de trabalho de concurso público do Sistema Cofecon/Corecons que, por sua vez, informou que à comissão está trabalhando no projeto para a realização do concurso. O coordenador do grupo de trabalho economista empreendedor, Lauro Chaves Neto, apresentou o projeto do grupo para 2023, sendo ele: - parceria com os Corecons para operacionalização em cada estado; - parceria com o Sebrae, CNI, Fecomércio e outros para disseminação da cultura empreendedora; - parceria com BB, CEF e Bancos Regionais para linhas de crédito para o economista empreendedor; - Capacitação em empreendedorismo; - capacitação em planejamento, finanças, marketing, RH e acesso a linhas de crédito. O coordenador do grupo de trabalho articulações com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, pontuou que o grupo precisa formular uma proposta de como o Cofecon poderá contribuir com o INEP e assim que elaborada a proposta será solicitada uma agenda com o órgão. O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda sugeriu agendar uma reunião com o INEP na vinda da próxima reunião plenária. O coordenador do grupo de trabalho Migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal nos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia, Eduardo Rodrigues da Silva, informou que todos os conselhos migraram para o novo sistema, exceto o Conselho Regional de Economia da 2ª Região – SP, que está sendo feita a migração com muita tranquilidade. O grupo está trabalhando no aprimoramento da comunicação entre a BRC e os conselhos regionais. O coordenador do grupo de trabalho Modernização Tecnológica Corecons, Clovis Benoni Meurer, relatou o projeto do grupo para o exercício: concluir, no primeiro semestre, a aprovação em Plenária dos investimentos requeridos pelos Corecons para modernizar tecnologicamente seus trabalhos; em complemento ao projeto





de emissão das carteiras profissionais digitais para os economistas por meio de aplicativo (e-Cip), estudar equipamento de digitalização ou coleta de dados biométricos dos economistas; Orientar e subsidiar os Corecons na aquisição ou locação dos equipamentos objeto do item anterior; dar continuidade ao treinamento dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons promovido em 2022 a partir de novos temas sugeridos pelos participantes na etapa de avaliação; e apoiar a comissão de governança: planejamento estratégico, LGPD e Transparência na implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI no Cofecon e, posteriormente, nos Conselhos Regionais de Economia. **4. Nota Oficial. 4.1. Nota Oficial sobre Trabalho Escravo;** o coordenador da comissão de política econômica, Fernando de Aquino Fonseca Neto, apresentou a minuta para a nota oficial que foi amplamente discutida e realizou-se votação nominal obteve o seguinte resultado: 14 votos à favor (Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neta, Flávia Vinhaes Santos, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maurílio Procópio Gomes, Monica Beraldo Fabrício da Silva, Róridan Penido Duarte e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva), 02 votos contrários (Carlos Roberto de Castro e Paulo Roberto Polli Lobo) e uma ausência do conselheiro federal Clovis Benoni Meurer, após a votação a nota foi aprovada nos seguintes termos: *“A identificação, pelas autoridades, de condições de trabalho análogas à escravidão em colheitas de uva para algumas empresas mostrou ao público um repugnante nível de exploração do ser humano. Ainda mais revoltante é não se tratar de caso isolado, ocorrendo em todo o país. Os séculos de trabalho escravo, legalizado e naturalizado durante todo o Brasil-Colônia e o Brasil-Império, criaram um apartheid de fato que perdura até os dias de hoje. A abolição da escravidão, ocorrida há quase 135 anos, foi um avanço jurídico-formal, mas não proporcionou a inclusão dos libertados com geração de oportunidades, produzindo-se uma dívida social persistente para as próximas gerações. A população negra migrou para a periferia das grandes cidades e passou a viver de trabalhos eventuais, totalmente precarizados, com alguns compelidos à criminalidade. Parte da mão-de-obra para a colonização do Sul e Sudeste, a partir do Século XIX, foi trazida de países europeus, beneficiada com vários incentivos, também para “embranquecer” nossa população. Tais processos fazem com que classes sociais e regiões brasileiras tenham cores diferenciadas, alimentando sentimentos de xenofobia entre regiões. Um avanço bem posterior, iniciado há 80 anos, foi a legislação trabalhista, alvo permanente de desconstrução sob o pretexto de modernização. Essas conquistas jurídico-formais nunca impediram a persistência de trabalhos em condições análogas à escravidão. No setor agropecuário, pela menor ocorrência de denúncias e maior dificuldade de fiscalização, é prática mais comum. Contudo, não deixa de ocorrer em grandes cidades brasileiras, em setores como o de confecções, inclusive com imigrantes ilegais. Também é possível encontrar, atualmente em menor escala, os chamados “criados”, trabalhadores domésticos sem remuneração trazidos do interior a título de “caridade”. Em que pese se tratar de uma questão estrutural, a desregulamentação dos mercados e minimização da atuação do Estado contribuíram com a manutenção e até a expansão dessas condições desumanas. A última reforma trabalhista, a incorporação do Ministério do Trabalho pelo Ministério da Economia e a redução da capacidade de fiscalização das relações de trabalho favoreceram a elevação dessa forma intolerável de exploração”.* **5. Processos Administrativos e Contábeis. 5.1. Processos Contábeis;** O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo apresentou os processos de balancetes trimestrais dos Conselhos Regionais: - Processo: 20.361/2022 (Corecon-PB); - Processo: 20.363/2022 (Corecon-PR), Balancete 3º Trimestre 2022; - Processo: - Processo: 20.369/2022 (Corecon-DF), Balancete 3º Trimestre 2022; e - Processo: 20.373/2022 (Corecon-AC), Balancete 3º Trimestre 2022. Todos com ressalvas, entrega fora do prazo. A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva apresentou para homologação os seguintes processos de Propostas Orçamentárias dos Conselhos Regionais de Economia: - Processo: 20.360/2022 (Corecon-PB), Proposta Orçamentária de 2023; - Processo: 20.367/2022 (Corecon-GO), Proposta Orçamentária de 2023; - Processo: 20.370/2022 (Corecon-DF), Proposta Orçamentária de 2023; Processo: 20.371/2022 (Corecon-PI), Proposta Orçamentária de 2023; - Processo: 20.374/2022 (Corecon-AC), Proposta Orçamentária de 2023; e - Processo: 20.375/2022 (Corecon-PA/AP), Proposta Orçamentária de 2023. Todos com ressalvas, entrega fora do prazo. O conselheiro federal Heric Santos Hossoé apresentou para





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

homologação os processos de prestação de contas dos conselhos regionais e federal de economia: - Processo: 20.391/2023 (Cofecon), Prestação de Contas 2022; - Processo: 20.397/2023 (Corecon-RS), Prestação de Contas 2022; - Processo: 20.401/2023 (Corecon-SC), Prestação de Contas 2022; - Processo: 20.402/2023 (Corecon-MS), Prestação de Contas 2022; - Processo: 20.404/2023 (Corecon-SE), Prestação de Contas 2022; - Processo: 20.405/2023 (Corecon-PI), Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.408/2023 (Corecon-PR), Prestação de Contas de 2022; - Processo: 20.409/2023 (Corecon-SP), Prestação de Contas de 2022; e - Processo: 20.413/2023 (Corecon-MT), Prestação de Contas de 2022. Todos os processos sem ressalvas. Por fim, o presidente da comissão de tomada de contas, Maurílio Procópio Gomes, apresentou para homologação as prestações de contas de auxílio financeiro dos Conselhos Regionais de Economia e de terceiros, sendo esses: - Processo: 19.978/2022 (Corecon-PI), Evento Modernização Tecnológica, Valor R\$ 10.512,00. Ressalva, entrega fora do prazo; - Processo: 19.991/2022 (Corecon-MT), Evento Reforma da Sede, Valor R\$ 8.000,00. Ressalva, entrega fora do prazo; - Processo: 20.061/2022 (Centro C. Furtado), Evento V Congresso Internacional, Valor R\$ 5.000,00. Sem ressalva; - Processo: 20.103/2022 (Ass. Keynesiana), Evento XV Encontro Internacional, Valor R\$ 8.000,00. Sem ressalva; - Processo: 20.144/2022 (Corecon-MA), Evento Prêmio Maranhão de Economia, Valor R\$ 3.000,00. Sem ressalva; - Processo: 20.219/22 (ANGE), Evento XXXVII Congresso da ANGE, Valor R\$ 15.000,00. Ressalva, entrega fora do prazo; - Processo: 20.259/2022 (Corecon-RN), Evento Modernização Tecnológica, Valor R\$ 8.038,56. Sem ressalva; - Processo: 20.261/2022 (Corecon-MA), Evento Modernização Tecnológica, Valor R\$ 9.000,00. Ressalva, entrega fora do prazo; - Processo: 20.263/2022 (Corecon-PR), Evento XXXII Prêmio Paraná de Economia, Valor R\$ 2.500,00. Sem ressalva; - Processo: 20.323/2022 (Corecon-AL), Evento Modernização Tecnológica, Valor R\$ 10.212,48. Sem ressalva; - Processo: 20.328/2022 (Corecon-PE), Evento Modernização Tecnológica, Valor R\$ 4.981,32. Sem ressalva. A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa solicitou pedido de vista no processo: 20.412/2023 (Corecon-AC), Prestação de contas de 2022. Os demais processos foram colocados em votação e aprovados. 5.2. Processos de Auxílio Financeiro a Eventos. O Processo: 20.396/2023 (Corecon-AM), Auxílio Financeiro: XVI Prêmio Amazonas de Monografia, Valor solicitado: R\$ 4.000,00. O processo foi retirado de pauta. 5.3. Processos de Modernização Tecnológica. O coordenador da comissão de governança, Clovis Benoni Meurer, apresentou os seguintes processos para aprovação: Processo: 20.342/2022 (Corecon-PA/AP), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 5.416,46; - Processo: 20.354/2022 (Corecon-DF), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 4.983,60; e Processo: 20.365/2022 (Corecon-PR), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 4.000,00. Em votação, aprovado. O coordenador da comissão de governança, Clovis Benoni Meurer, informou que o processo a seguir será retirado de pauta, pois não atendeu todos os requisitos: processo: 20.341/2022 (Corecon-GO), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica. Valor Solicitado R\$ 8000,00. O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo solicitou vista ao processo: 20.362/2022 (Corecon-PB), Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica, Valor solicitado: R\$ 9.115,48. **6. Ordem do Dia.** 6.1. *XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE). Tema: Um novo futuro: Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Ratificação dos Comitês da Comissão Organizadora (Processo nº 20.350/2022);* O conselheiro federal Heric Santos Hossoé submeteu para ratificação da Plenária do Cofecon e para demais deliberações referentes à composição da comissão organizadora: - **Comitê Executivo do XXV Congresso Brasileiro de Economia:** Paulo Dantas da Costa (Cofecon); Eduardo Rodrigues da Silva (Cofecon); Marcello Apolônio Duailibe Barros (Corecon-MA); e Roberto Santos Matos (Corecon-MA). **Comitê Operacional do XXV Congresso Brasileiro de Economia:** Frednan Bezerra dos Santos (UEMA); Eduardo Henrique Santos Pereira (Corecon-MA); Aline Ribeiro Duailibe Barros (SES-MA); Mariana da Silva Campos (Corecon-MA); Aline Tales Ferreira (Cofecon); Jane Lopes da Silva (Cofecon); Keliane Souza de Jesus (Cofecon); Luiza Rodrigues Borges (Cofecon); Denise Kassama Amaral (Cofecon); Mônica Beraldo Fabrício (Cofecon) e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Cofecon). **Comitê Científico do XXV Congresso Brasileiro de Economia:** Heric Santos Hossoé (Cofecon/UFMA); Jadson Pessoa da Silva (UFMA/Corecon-MA); Talita de Souza Nascimento Carvalho (UFMA); Antonio Corrêa de Lacerda (Cofecon); Flávia Vinhaes Santos (Cofecon); Eduardo Rodrigues da Silva (Cofecon); Lauro Chaves Neto (Cofecon) e Maria de Fátima Miranda (Cofecon). **Comitê de Divulgação e Recepção do XXV Congresso Brasileiro de Economia:** Wilson França Ribeiro Filho (Corecon-MA); João Carlos Souza Marques (Corecon-MA); Jainne Soares Coutinho (Corecon-MA); e Renata Reis Almeida (Cofecon). **Comitê Financeiro do XXV Congresso Brasileiro de Economia:**





COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

**Economista
registrado** 
melhor para o Brasil

Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi (Corecon-MA); Marlene Costa Luz Barbosa (Corecon-MA); Gil Max Couto Portela (Corecon-MA); Eduardo Cássio Beckman Gomes (Corecon-MA); Rodrigo Leite Cruz (Corecon-MA); Mariana Carneiro C. Nascimento (Corecon-MA); Benigna de Jesus Silva Costa (Corecon-MA) e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Cofecon). 6.2. *Regulamento do XXIX Prêmio Brasil de Economia (Processo nº 20.407/2023)*; o conselheiro federal Carlos Alberto Safatle relatou o processo e afirmou que o regulamento seguirá o mesmo formado do ano anterior, atualização das datas e o tema da categoria artigo temático, para o tema: “O regime de metas de inflação e a autonomia do Banco Central”. O item foi votado e aprovado por unanimidade. 6.3. *Regulamento do 2º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas (Processo nº 20.406/2023)*; a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva relatou as mudanças do prêmio que contemplará as categorias implantação de projetos e assessoramento de projetos. O item foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. 6.4. Ajustes no Normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia (Processo nº 17.355/2016); o vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, relatou a inclusão do dispositivo ao Normativo de Pessoal: Cargos e Funções Gratificadas de Livre Provedimento do Conselho Federal de Economia, mediante readequação do seu Quadro de Cargos e Funções Gratificadas de Livre Provedimento (Quadro 1), previsto no artigo 3º da Deliberação nº 4.851, de 2016, criou a função gratificada de supervisor administrativo com o gratificação no valor de R\$ 957,47, bem como apresentou os requisitos para a função. O item foi colocado em votação, aprovado por maioria. Abstenção do conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo. 6.5. Solicitação de aquisição de exemplares do livro “Carlos Lessa, o passado e o futuro do Brasil”, editado pela Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED), em parceria com a Editora da Fundação Perseu Abramo e com a Editora Expressão Popular (Processo nº 20.410/2023); o relator, conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, apresentou o pedido de apoio do livro que contará com 520 páginas e foi orçado em R\$ 60,00 por exemplar. Conforme informou aquela associação, a obra é composta com 17 artigos de 30 autores. O livro resgata o pensamento amplo de Carlos Lessa e a atualidade de muitas de suas ideias. Inclui desde um artigo bastante pessoal de seu filho, Rodrigo Lessa, a artigos sobre sua trajetória acadêmica, política e como gestor público. Aborda as passagens do Professor Lessa pela CEPAL, por universidades (UFRJ, UFF e Unicamp), pela Reitoria da UFRJ e pela Diretoria e Presidência do BNDES. Trata, ainda, de seus pensamentos e reflexões sobre economia, desenvolvimento e democracia, o Brasil e a “brasilidade” e o Rio de Janeiro, uma de suas paixões. Uma vez aprovado o apoio institucional, as partes assim se comprometem: a Associação Brasileira de Economistas pela Democracia fará constar a logomarca do Cofecon na obra. Caberá ao Cofecon adquirir 50 (cinquenta) exemplares dos livros, diretamente da editora Expressão Popular após sua publicação, os quais serão distribuídos aos integrantes do Sistema Cofecon/Corecons. O voto do relator foi favorável ao apoio. O item foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. **7. Revista Economistas.** 7.1. *Apresentação da Revista Economistas: Ano XIV - Nº 47 - Março 2023. Economistas registradas: Melhor para o Brasil: A contribuição feminina no uso da boa técnica econômica é fundamental para a construção de um país mais justo.* O relator conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda realizou apresentação da nova revista especial e a coordenadora de comunicação do Cofecon, Renata Reis Almeida, fez exposição da revista, apresentou os artigos e fez exposição do conteúdo. (youtube, manhã, 11.03.2023 – 00:00:01 – 01:09:45) **8. Economia em Debate.** Economia em Debate: Tema: “Desafios recentes do IBGE e a importância dos seus produtos para os economistas”. Palestrante: Econ. Eduardo Nunes, professor da PUC-Rio e ex-presidente do IBGE. Debatedor: Fernando de Aquino Fonseca Neto, integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, realizou a abertura do debate no canal youtube do Cofecon, que contou com 248 (duzentos e quarenta e oito visualizações). (áudio, manhã, 11.03.2023 – 00:00:04 – 00:28:26) **9. Nota Oficial.** 9.1. Nota Oficial sobre Conjuntura Econômica; o conselheiro federal e coordenador da comissão de política econômica, Fernando de Aquino Fonseca Neto, apresentou a minuta da nota oficial, que foi distribuída aos presentes para análise. Após ajustes, a nota foi aprovada nos seguintes termos: “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação federal instituída na década de 30 que alcançou nível de excelência e é reconhecido internacionalmente. É o principal provedor de dados oficiais e informações econômicas, sociais, demográficas e geocientíficas do país, que asseguram a coerência na formulação, execução e





monitoramento das políticas públicas e na manutenção e aprimoramento de serviços públicos. As informações fornecidas também são essenciais para a elaboração e o cumprimento de marcos legais, definição de estratégias e decisões das empresas e geração e validação de conhecimento no meio acadêmico. Dentre os vários produtos do IBGE de importância primordial para todos os economistas, podemos destacar o Censo Demográfico, o Produto Interno Bruto, o IPCA (inflação oficial do Brasil) e a PNAD Contínua (mercado de trabalho). A Constituição Federal do Brasil estabelece que a realização dos Censos Demográficos deve ocorrer, pelo menos, em intervalos de dez anos. Quanto mais o tempo passa menos os dados censitários representam fielmente as condições de vida da população, principalmente em territórios com dinâmicas demográficas, econômicas, sociais e ambientais distintas e em fases de forte transição (por exemplo, populações indígenas e ribeirinhas afetadas por ocupação da Amazônia e eventos ambientais como a queda de barragens de minérios em Brumadinho, Mariana e muitos outros municípios de MG e ES). Dados desatualizados ou imprecisos sobre a população dos municípios podem gerar distorções significativas na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, uma das principais fontes de financiamento de muitas prefeituras, prejudicando diretamente a sua população. Atualmente estamos ultrapassando 12 anos de defasagem de nossos dados censitários, num período de grandes transformações do país, deixando os setores público, privado e acadêmico com dados e informações cada vez menos representativos. Em 2020, o Censo Demográfico deveria ter sido realizado, porém precisou ser adiado em função do distanciamento social exigido pela pandemia de Covid-19. Em 2021, ele foi inviabilizado também por um corte de aproximadamente 90% em seu orçamento. Em maio de 2021, reagindo a esse descaso, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo federal adotasse as medidas administrativas e legislativas necessárias para a sua realização, pelo IBGE, em 2022. Com início da coleta de dados em agosto de 2022 e encerramento oficial em fevereiro de 2023, o Instituto alcançou 91% da população, abaixo da proporção mais apropriada de pelo menos 95%. Após esse encerramento oficial, o IBGE ainda está buscando se aproximar desse percentual. Há maior número de domicílios não recenseados do que na pesquisa anterior, mesmo após 7 meses de recenseamento, possivelmente por causa da insuficiência de recenseadores. A própria PNAD Contínua tem mostrado maior precariedade do mercado de trabalho e a consequente menor remuneração daqueles que se encontram ocupados. Logo, nestas condições, uma adequada oferta de cerca de 200 mil empregos para o recenseamento de 2022 teria atraído muita mão-de-obra, caso a remuneração fosse condizente com o trabalho oferecido. A resiliência do quadro técnico do IBGE em sido essencial para a manutenção da Instituição como referência internacional na produção de estatísticas oficiais, mas, neste momento, requer a atenção do governo para que o Censo de 2022 seja concluído de forma transparente e tempestiva e a sociedade brasileira tenha informações para compreender melhor o seu presente e planejar as mudanças em prol de melhor justiça econômica, social e racial. Essencial, também, será a recomposição do Instituto, superando ações que concorreram para seu enfraquecimento, e a retomada de sua contínua atividade de desenvolvimento e utilização de novas tecnologias. Em particular, buscar adoção de novas metodologias para o recenseamento demográfico, inclusive formas menos dispendiosas, como recenseamentos anuais contínuos, já utilizados com sucesso em alguns países".

10. Outros Assuntos. A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva informou que haverá um evento às 15h, no Sinpro-DF, que debaterá sobre a estrutura fiscal que as mulheres defendem para o Brasil.

11. Encerramento. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, agradeceu a presença de todos e, às 11h38, deu por encerrados os trabalhos, dos quais eu, Jane Lopes da Silva, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por mim e pelo presidente da Sessão. Brasília, 11 de março de dois mil e vinte e três.

Econ. Paulo Dantas da Costa

Jane Lopes da Silva

Presidente do Cofecon

Secretária *ad hoc*

